



# A guerra na história de Portugal: uma avaliação quantitativa

Nuno Valério

Historiador, Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão

## Tipologia das guerras

Apresenta-se em anexo uma lista das guerras da história de Portugal e dos respectivos resultados<sup>1</sup>.

Essas guerras podem ser, naturalmente numa perspectiva portuguesa, classificadas segundo dois critérios: o critério das sociedades envolvidas e o critério do espaço afectado.

Segundo o critério das sociedades envolvidas, facilmente relacionável com a tipologia de Wright<sup>2</sup>, as guerras assinaladas podem ser classificadas em quatro grandes tipos:

a) *Guerras civis*. Trata-se de conflitos (internos) prolongados entre dois governos dominando diferentes partes do país, concluídas com a vitória de um deles e o desaparecimento do outro<sup>3</sup>. Correspondem a guerras de tipo C de Wright.

b) *Guerras para a independência de partes do império colonial*. Trata-se de conflitos entre o Estado português e partes do seu império colonial, desencadeadas por estas com vista à sua separação do domínio português. Numa perspectiva estritamente portuguesa e prospectiva, trata-se de guerras de tipo C de Wright, visto que se desenrolam dentro do que Portugal considerava o seu território nacional. Numa perspectiva menos estritamente portuguesa e retrospectiva, trata-se de guerras de tipo B de Wright, na medida em que o seu objectivo era exactamente criar novas potências.

c) *Guerras dentro do mesmo sistema-mundo*<sup>4</sup>. Trata-se de conflitos (externos<sup>5</sup>) entre o Estado português e outros Estados englobados no mesmo sistema-mundo – a Cristandade Ocidental na época medieval, o sistema-mundo euro-atlântico na época moderna e o

Este texto resulta de uma comunicação apresentada ao 2.º Encontro da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais, Lisboa, 1999.

sistema mundial na época contemporânea. São conflitos envolvendo Estados entre os quais a paz se pode considerar a situação normal. Por isso, independentemente da ausência ou existência dos formalismos de declaração e cessação de guerra que se tornaram gradualmente correntes ao longo da época moderna, é possível identificar claramente o início e o final destes conflitos, através, respectivamente, do desencadear das hostilidades e do restabelecimento da normalidade, em geral através da celebração de acordos de paz. Correspondem a guerras de tipo B de Wright.

d) *Guerras com outros sistemas globais*<sup>6</sup>. Trata-se de conflitos (externos) entre o Estado português e outros Estados englobados em diferentes sistemas globais — o Islame nas épocas medieval e moderna, o sistema-mundo do Extremo Oriente e as sociedades da América do Sul na época moderna, as sociedades da África subsariana na época moderna e na época de formação do sistema mundial contemporâneo. São conflitos envolvendo Estados entre os quais havia duas situações possíveis: a ausência prática de relações formais<sup>7</sup>; ou uma situação de guerra endémica, apenas interrompida por tréguas formais esporádicas. Por isso, é, em geral, difícil determinar o início e o final dos períodos de hostilidades, ainda que seja geralmente possível identificar os momentos de operações militares mais importantes, únicos considerados adiante como de guerra<sup>8</sup>. Trata-se de guerras de tipo D ou de tipo I de Wright<sup>9</sup>.

Segundo o critério do espaço afectado, as guerras assinaladas podem ser classificadas em dois grandes tipos:

a) *Guerras metropolitanas*. Trata-se de conflitos em que, por virtude da vizinhança ou da capacidade bélica do adversário, as operações militares afectaram efectiva ou potencialmente o território português (Continente, Madeira ou Açores)<sup>10</sup>.

b) *Guerras ultramarinas*. Trata-se de conflitos em que, por virtude da distância e da incapacidade bélica do adversário, as operações militares não afectaram nem efectiva nem potencialmente o território português (Continente, Madeira ou Açores)<sup>11</sup>.

### Periodização das guerras

Um cômputo global mostra que cerca de um terço dos anos da história de Portugal foram anos de guerra (302 em 872, isto é 35 por cento) e cerca de dois terços anos de paz (570 em 872, isto é 65 por cento). Partindo desta média, é possível dividir a história de Portugal, desde a autonomização efectiva do Condado de Portugal em 1128

até finais do século XX, em dez períodos, cinco de predomínio da situação de guerra (isto é, com uma proporção de anos de guerra claramente superior à média) e cinco de predomínio da situação de paz (isto é, com uma proporção de anos de paz claramente superior à média).

1. De 1128 a 1253, houve um período caracterizado pelo predomínio da guerra. Dos 126 anos deste período, 52 foram anos de guerra (41 por cento) e 74 foram anos de paz (59 por cento).

Nos conflitos em que Portugal se envolveu durante este período, todas as guerras metropolitanas, há que distinguir:

a) As guerras da reconquista contra os Estados muçulmanos do sul da Península Ibérica. Trata-se de guerras com outro sistema-mundo, que precederam a existência de Portugal como Estado autónomo e que se prolongaram até ao desaparecimento em 1249 de fronteiras entre Portugal e Estados muçulmanos ibéricos. Estas guerras conheceram operações militares intensas em 28 dos anos do período.

b) As guerras com o Reino de Leão ou com o Reino de Leão e Castela, das quais se destaca a guerra da independência de Portugal (1128-1143). Estas guerras afectaram 21 anos do período.

c) A guerra civil que opôs, entre 1245 e 1248, o rei D. Sancho II (deposto pelo papa Inocêncio IV) e seu irmão Afonso (futuro rei D. Afonso III), nomeado regente pelo Papa. Esta guerra afectou quatro anos do período<sup>12</sup>.

2. De 1254 a 1368, houve um período caracterizado pelo predomínio da paz. Dos 115 anos deste período, 102 foram anos de paz (89 por cento) e treze foram anos de guerra (11 por cento).

Os conflitos em que Portugal se envolveu durante este período foram quase todas as guerras metropolitanas, à semelhança do período anterior. As proporções dos três tipos anteriormente existentes alteraram-se, porém, bastante:

a) Desapareceram praticamente as guerras com outros sistemas globais, visto que apenas houve um ano de operações militares intensas contra Estados islâmicos (a batalha do Salado em Castela em 1340).

b) Mantiveram-se as guerras esporádicas com o Reino de Leão e Castela. Estas guerras afectaram sete anos deste período.

c) Verificaram-se três guerras civis entre membros da família real. Estas guerras afectaram cinco anos do período.

3. Os últimos anos do século XIV, de 1369 a 1400, foram um período caracterizado pelo predomínio da guerra. Dos 32 anos deste período, dezassete foram anos de guerra (53 por cento) e só quinze foram anos de paz (47 por cento).

Todos os conflitos deste período se podem classificar como metropolitanos e dentro do mesmo sistema-mundo. Na prática, tratou-se de intervenções de Portugal em conflitos dinásticos castelhanos (1369-1371, 1372-1373, 1381-1382 e 1396-1400) e de Castela num conflito dinástico português (1383-1387).

4. De 1401 a 1576, houve um período que se pode considerar caracterizado pelo predomínio da paz. Dos 176 anos deste período, 128 foram anos de paz (73 por cento) e 48 foram anos de guerra (27 por cento).

A grande novidade deste período é o empenhamento ultramarino de Portugal, o qual envolveu o país em conflitos com outros sistemas globais: em Marrocos a partir de 1415, no Extremo Oriente a partir de 1498<sup>13</sup>. Podem identificar-se 23 anos de operações militares intensas em Marrocos (dos quais sete com presença do rei ou de membros da família real) e 25 anos de operações militares intensas no Oriente.

Para além disso, o período só conheceu um ano de guerra civil – entre o rei D. Afonso V e seu tio D. Pedro (1449) – e seis de um conflito externo europeu – uma intervenção de Portugal num conflito dinástico castelhano (1474-1479).

5. De 1577 a 1668, houve um período caracterizado pelo predomínio da guerra. Dos 92 anos deste período, 81 foram anos de guerra (88 por cento) e onze foram anos de paz (12 por cento).

As guerras ultramarinas com outros sistemas-mundo em Marrocos e no Oriente que tinham sido novidade no período anterior prosseguiram. Porém, só foram marcantes neste período mesmo no seu início, devido a uma intervenção em Marrocos (1577-1578), com uma expedição comandada pelo rei. Aliás, para além destes dois anos de guerra, apenas houve mais um ano de operações militares significativas em Marrocos e quatro anos de operações militares significativas no Oriente<sup>14</sup>.

Na verdade, foram guerras dentro do mesmo sistema-mundo, metropolitanas, se bem que com largas repercussões ultramarinas, que marcaram verdadeiramente este período. E a grande novidade é que não se tratou apenas de guerras com o vizinho ibérico. Estas não faltaram, uma primeira devido à luta pela sucessão do rei D. Henrique I (1580-1583), cujo resultado acabou por reunir Portugal ao Império dos Habsburgos Ocidentais, e uma segunda devido à luta para separar Portugal do Império dos Habsburgos Ocidentais, a cha-

mada Guerra da Restauração (1640-1668). O envolvimento de Portugal nos conflitos que opuseram o Império dos Habsburgos Ocidentais às Províncias Unidas dos Países Baixos (1580-1609 e 1621-1640), à Inglaterra (1580-1605) e à França (1635-1640) colocou, entretanto, pela primeira vez, o país em guerra com outros países europeus. Estas guerras prolongaram-se ainda depois da separação de Portugal do Império dos Habsburgos Ocidentais contra as Províncias Unidas dos Países Baixos, sobretudo em teatros de guerra ultramarinos (até 1663), e contra a Inglaterra, devido ao apoio de Portugal ao rei Carlos I da Inglaterra na sua luta contra o parlamento e ao seu herdeiro na luta contra o governo de Oliver Cromwell (1650-1654). Ao todo, foram 78 anos de guerras com outros Estados europeus. Desses 78 anos, seis foram marcados por operações militares importantes em território português (dois anos durante a guerra pela sucessão do rei D. Henrique I e quatro anos durante a Guerra da Restauração), dois por operações militares importantes noutros pontos da Europa com participação significativa de forças portuguesas (trata-se do ataque da chamada Invencível Armada à Inglaterra), dez por operações militares importantes no teatro de guerra do Oriente contra a Companhia das Índias Orientais neerlandesa (VOC) e dez por operações militares importantes no teatro de guerra do Atlântico (Brasil e África Ocidental) contra a Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

6. De 1669 a 1792 houve um período caracterizado pelo predomínio da paz. Dos 124 anos deste período, 101 foram anos de paz (81 por cento) e 23 foram anos de guerra (19 por cento).

Um primeiro facto a sublinhar é a continuação (e, na maior parte dos casos, o final) das guerras ultramarinas com outros sistemas globais que vinham do século XV. Em Marrocos houve um ano de operações militares significativas, o qual conduziu ao abandono definitivo desta região por Portugal (1769). No Oriente houve treze anos de operações militares significativas, acabando por se aceitar tacitamente uma divisão da anterior esfera de influência portuguesa na África Oriental com o Sultanado de Omã (finais da década de 1720) e por se chegar a um acordo estável com o Reino Maratra na Índia (1779). A isto se pode acrescentar um ano de intervenção esporádica no Mediterrâneo contra o Império Otomano<sup>15</sup>.

Para além disso, apenas houve, na Europa, as participações portuguesas na Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1712) e na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Trata-se de intervenções que ocorreram num quadro ligeiramente diferente do das guerras anteriores dentro do mesmo sistema-mundo. Não se tratou mais de conflitos bilaterais com o vizinho ibérico (ainda que envolvessem em ambos os casos um conflito com o vizinho ibérico), nem

de guerras, também formalmente bilaterais, com outros Estados europeus, mas sim de participação em guerras envolvendo duas coligações de Estados europeus. Estas guerras, que pontuaram os finais do século XVII e o século XVIII na Europa, não contaram, em geral, com participação portuguesa, sendo os dois casos assinalados as únicas excepções.

7. De 1793 a 1847 houve um período caracterizado pelo predomínio da guerra. Dos 55 anos deste período, 28 foram anos de guerra (51 por cento) e 27 foram anos de paz (49 por cento).

Os anos de guerra deste período foram, numa primeira fase, anos de guerras metropolitanas dentro do mesmo sistema-mundo. Mais precisamente, tratou-se das lutas contra a França revolucionária e imperial – Campanha do Rossilhão (1793-1795), Guerra das Laranjas (1801) e Guerra Peninsular (1807-1814). Estas guerras afectaram o país durante doze anos.

Numa segunda fase, travou-se a primeira guerra para a independência de uma parte do império colonial – a Guerra da Independência do Brasil (1822-1825), ainda que as respectivas operações militares tenham sido pouco relevantes. Esta guerra afectou o país durante quatro anos.

Numa terceira fase, o país conheceu intermitentes guerras civis, sucessivamente entre um governo liberal e revoltosos absolutistas (1826-1827), entre um governo absolutista e revoltosos liberais (1828-1834), entre um governo progressista e revoltosos conservadores (1837) e entre um governo conservador e revoltosos progressistas (1846-1847). Estas guerras afectaram o país durante doze anos. Num deles, houve ainda um incidente que provocou uma curta intervenção militar francesa em Portugal (1831)<sup>16</sup>.

8. De 1848 a 1888, houve um período caracterizado pelo predomínio da paz. Todos os 41 anos deste período foram anos de paz<sup>17</sup>.

9. De 1889 a 1975, houve um período caracterizado pelo predomínio da guerra. Dos 87 anos deste período, 35 foram anos de guerra (40 por cento) e 52 foram anos de paz (60 por cento).

Também nas guerras deste período, como nas guerras do período de predomínio da guerra anterior, é possível distinguir várias fases.

A primeira fase corresponde às chamadas campanhas africanas, levadas a cabo para submeter o que veio a ser o quarto império colonial português. Trata-se da última guerra contra outros sistemas globais, neste caso conduzindo à absorção de sociedades anteriormente distintas em Moçambique, em Angola e na Guiné, no sistema-mundo contem-

porâneo. Estas campanhas provocaram catorze anos de expedições militares significativas (correspondendo a cinco anos de expedições em Moçambique, oito anos de expedições em Angola e três anos de expedições na Guiné).

Em 1900 Portugal viu-se ainda formalmente envolvido na chamada Guerra dos Boxers contra a China, na qual não participou, porém, efectivamente.

Seguiu-se a Primeira Guerra Mundial, com uma fase de não-beligerância formal, mas com expedições para defesa das colónias de Angola e Moçambique (1914-1916), e uma fase de beligerância formal (1916-1918). Ao todo, cinco anos de guerra.

Em 1919 e em 1931 aconteceram duas curtas guerras civis, a primeira entre um governo republicano e revoltosos monárquicos (a Monarquia do Norte), a segunda entre um governo de ditadura militar e revoltosos republicanos, provocando, naturalmente, o cômputo de dois anos de guerra.

A Segunda Guerra Mundial, apesar da neutralidade formal de Portugal, não decorreu sem que territórios portugueses fossem afectados – mais precisamente Timor entre 1941 e 1945. Não houve, entretanto, uma vez mais, qualquer actividade de forças portuguesas.

Enfim, o processo de descolonização trouxe mais dezasseis anos de guerras ultramarinas. Na Índia (1954 e 1961), em São João Baptista de Ajudá (1961) e em Timor-Leste (1975), tratou-se de guerras com outros Estados dentro do mesmo sistema-mundo. Em Angola (1961-1975), na Guiné (1962-1974) e em Moçambique (1964-1974), tratou-se de guerras para a independência de partes do império colonial.

10. A partir de 1976 houve um período caracterizado pelo predomínio da paz. Apenas 1999 acabou por ser um ano de guerra, devido à participação portuguesa nas operações da OTAN contra a Jugoslávia<sup>18</sup>.

## Resultados das guerras

Convém analisar os resultados das guerras em que Portugal se envolveu com base na classificação dessas guerras segundo o critério das sociedades envolvidas.

No que respeita às guerras civis, o governo previamente estabelecido ganhou na esmagadora maioria dos casos. Em onze guerras civis, apenas por duas vezes isso não aconteceu – aquando da deposição do rei D. Sancho II pelo seu irmão D. Afonso III (com apoio papal, o que conferia particular legitimidade ao governo alternativo); e aquando da deposição do governo absolutista do rei D. Miguel I pelo governo constitucional do regente Pedro em nome da rainha D. Maria II.

No que respeita às guerras para a independência de partes do império colonial, Portugal perdeu sempre. As quatro guerras deste tipo – Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique – terminaram todas com a efectiva independência da colónia revoltada.

No que respeita às guerras dentro do mesmo sistema-mundo, importa distinguir quatro épocas: a época das guerras com o vizinho ibérico até ao século XVI (a que convirá juntar a Guerra da Restauração); a época das guerras no contexto do Império dos Habsburgos Ocidentais e suas sequências no final do século XVI e no século XVII; a época das guerras no contexto de coligações europeias nos séculos XVIII a XX; e uma época de guerras ligadas à descolonização na segunda metade do século XX.

A época das guerras com o vizinho ibérico até ao século XVII foi caracterizada, regra geral, pela derrota das tentativas de intervenção de cada um nos problemas do outro. Isto significou o triunfo de Portugal nas guerras pela autonomia portuguesa – Guerra da Independência de Portugal (1128-1143), Primeira Guerra da Sucessão de Portugal (1383-1387) e Guerra da Restauração (1640-1668), apenas com a excepção da Segunda Guerra da Sucessão de Portugal (1580-1583), e a derrota de Portugal nas suas cinco tentativas de intervir em conflitos dinásticos de Castela. Além destas, houve mais cinco guerras em torno de problemas fronteiriços, uma com clara vitória leonesa (1169), uma com clara vitória portuguesa (1295-1297), três sem vitória clara para qualquer dos lados.

A época das guerras no contexto do Império dos Habsburgos Ocidentais e suas sequências foi caracterizada, em geral, por resultados pouco favoráveis a Portugal. É certo que não houve perdas territoriais para a França, que as perdas para a Inglaterra foram pouco significativas e que as perdas significativas para os Países Baixos no Oriente e mesmo na África Ocidental se podem considerar parcialmente compensadas pelo triunfo no Brasil. O balanço final não pode, porém, deixar de ser considerado claramente negativo.

A época das guerras no contexto de coligações europeias nos séculos XVIII a XX produziu resultados de índole variável, em geral relativamente independentes do desempenho português. Na verdade, as vitórias portuguesas na Guerra dos Sete Anos, na Guerra Peninsular e na Primeira Guerra Mundial, ou as derrotas na Guerra da Sucessão de Espanha, na guerra da primeira coligação contra a França (Campanha do Rossilhão) e na guerra da segunda coligação contra a França (Guerra das Laranjas) foram basicamente consequência da evolução geral do conflito, pouco influenciada por Portugal.

Enfim, a época das guerras ligadas à descolonização caracterizou-se por resultados sistematicamente desfavoráveis a Portugal. Foi o caso dos conflitos com a Índia sobre

Goa e as outras possessões portuguesas nessa região, com o Daomé sobre São João Baptista de Ajudá e com a Indonésia sobre Timor-Leste.

No que respeita às guerras com outros sistemas globais, uma vez mais importa distinguir diferentes épocas, agora três: a época das guerras da Reconquista na Europa até ao século XIII; a época das guerras ultramarinas em diversas partes do mundo entre os séculos XV e XVIII; e a época das guerras ultramarinas em África nos finais do século XIX e princípios do século XX.

A época das guerras da Reconquista na Europa até ao século XII terminou com uma clara vitória final de Portugal, vitória que definiu, no essencial, o território continental português.

A época das guerras ultramarinas em diversas partes do mundo entre os séculos XV e XVIII produziu resultados de índole variável. As guerras de conquista em Marrocos têm de ser consideradas um fracasso a longo prazo, pois nem sequer contribuíram significativamente para a inserção dessa região no sistema-mundo moderno. Os resultados das guerras de conquista no Oriente têm de ser considerados como de índole variável a longo prazo. Houve aquisições que acabaram por ser relativamente duradouras (como Moçambique, Goa, Macau, ou Timor), outras que foram perdidas para concorrentes europeus (como parte dos estabelecimentos da costa da Índia, Ceilão, Malaca, ou parte da Insulíndia), outras que foram perdidas para Estados ainda exteriores ao sistema-mundo moderno em que se incorporava Portugal (como parte da costa oriental de África, a entrada do Golfo Pérsico, ou parte da costa ocidental da Índia). Já a ocupação do Brasil e a ocupação inicial de alguns espaços na costa ocidental de África se podem considerar um êxito português, ainda que nestes casos a penetração tivesse sido lenta e, especialmente no segundo caso, limitada. Também intervenções esporádicas, como as das batalhas do Salado e de Matapão foram triunfos portugueses. Em geral pode dizer-se que os resultados tenderam a ser favoráveis contra sociedades de nível de desenvolvimento claramente inferior ao europeu e mistos ou desfavoráveis contra sociedades de nível de desenvolvimento equiparável ao europeu.

A época das guerras ultramarinas em África nos finais do século XIX e princípios do século XX terminou com uma clara vitória final de Portugal, que incorporou a maior parte de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique no sistema mundial contemporâneo, inicialmente como possessões de Portugal.

É evidentemente impossível fazer qualquer balanço global relevante dos resultados das guerras em que Portugal se envolveu.

<sup>1</sup> A lista inicia-se com a autonomização definitiva do Condado de Portugal em 1128. A inclusão dos anos de 1580 a 1640, durante os quais Portugal esteve integrado no Império dos Habsburgos Ocidentais, é discutível, porque é possível argumentar que não existiu nesse período uma política externa específica de Portugal, apesar da sua autonomia política interna. A exclusão desses anos dificultaria, porém, a análise, por obscurecer as rupturas e continuidades envolvidas, pelo que é preferível incluí-los.

<sup>2</sup> Wright, 1965, distingue guerras de tipo B, entre diferentes potências, de tipo C, civis, de tipo D, defensivas da civilização moderna contra outras civilizações, e de tipo I, imperiais para expansão da civilização moderna contra outras civilizações.

<sup>3</sup> Estão, portanto, excluídas revoluções, golpes de Estado, pronunciamentos e outras tentativas coroadas ou não de êxito de modificar pela força o governo existente, quando não deram origem à formação efectiva de dois governos distintos e a um conflito prolongado entre eles. Note-se que nunca existiram tentativas de secessão de partes do Estado português, com excepção das guerras da independência de partes do império colonial, a considerar a seguir.

<sup>4</sup> Não cabe nos limites deste trabalho qualquer exposição sobre a teoria dos sistemas-mundo e sistemas globais que enquadra a distinção entre o tipo de guerra agora considerado e o considerado a seguir. Para o desenvolvimento dessa teoria, vejam-se Nunes, Valério, 1995, e Nunes, Valério, 1997.

<sup>5</sup> Alguns destes conflitos tiveram a sua origem em verdadeiras guerras civis portuguesas, que se internacionalizaram devido a intervenção do vizinho ibérico de Portugal – Leão, Castela ou Espanha.

<sup>6</sup> Veja-se a nota 4.

<sup>7</sup> Ausência prática de relações formais que não impedia, evidentemente, a existência de relações, económicas ou outras, ainda que menos intensas do que entre Estados do mesmo sistema-mundo.

<sup>8</sup> É também, em geral, fácil determinar o início e o final das situações de guerra endémica, mas considerar como anos de guerra todos aqueles em que essa situação existiu, conduziria a uma manifesta sobreestimação da actividade bélica.

<sup>9</sup> Na grande maioria dos casos de tipo I – guerras da Reconquista, guerras de conquista em Marrocos e no Oriente e campanhas africanas. Apenas devem ser consideradas de tipo D duas intervenções esporádicas contra potências muçulmanas – Batalha do Salado e Batalha de Matapão.

<sup>10</sup> Na prática, incluem-se neste tipo as guerras civis, as guerras dentro do mesmo sistema-mundo e as guerras da Reconquista, isto é, as guerras com outro sistema-mundo – o Islame – que definiram o território continental português.

<sup>11</sup> Na prática, incluem-se neste tipo as guerras da independência de partes do império colonial e as guerras com outros sistemas globais com excepção das guerras da Reconquista.

<sup>12</sup> Outros conflitos entre membros da família real, particularmente durante o governo de D. Afonso II, de 1211 a 1223, e entre o rei e membros do clero e da nobreza, particularmente durante o governo de D. Sancho II, de 1223 a 1245, perturbaram a vida do país, mas não é fácil identificar a seu propósito verdadeiros anos de guerra civil.

<sup>13</sup> Deveria, em rigor, mencionar-se igualmente a África Ocidental a partir do século XV e o Brasil a partir do século XVI. A ausência de operações militares cuja importância implicasse o envio sistemático de expedições metropolitanas torna, todavia, impossível identificar qualquer ano em que tenha sentido afirmar que tais conflitos possam ter significado um verdadeiro ano de guerra para Portugal.

<sup>14</sup> Continuaram também os processos de expansão no Brasil e na África Ocidental, mas sem dar origem a verdadeiros anos de guerra para a sociedade portuguesa, tal como no período anterior.

<sup>15</sup> Poder-se-ia repetir aqui, com as devidas adaptações, o que foi dito na nota 14.

<sup>16</sup> Poder-se-ia repetir aqui, com as devidas adaptações, o que foi dito na nota 14.

<sup>17</sup> Poder-se-ia repetir aqui, com as devidas adaptações, o que foi dito na nota 14.

<sup>18</sup> Não será razoável considerar como situação de guerra a participação de forças portuguesas em operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas, nomeadamente em Moçambique, em Angola, na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo desde 1994.

## Bibliografia

- MATTOSE, José (direcção), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992-1994 (7 volumes).
- NUNES, Ana Bela, VALÉRIO, Nuno, *O Crescimento Económico Moderno*, Presença, Lisboa, 1995.
- NUNES, Ana Bela, VALÉRIO, Nuno, *História da Economia Mundial Contemporânea*, Presença, Lisboa, 1997.
- PERES, Damião (direcção), *História de Portugal*, Portucalense Editora, Barcelos, 1938-1940 (8 volumes).
- RODRIGUES, António Simões (coordenador), *História de Portugal em Datas*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Estampa, Lisboa, 1986-1998 (4 volumes publicados).
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, Presença, Lisboa, 1987-1998 (7 volumes publicados).
- WRIGHT, Quincy, *A Study of War*, Chicago University Press, Chicago, 1965 (2.ª edição).

## ANEXO

### Guerras da história de Portugal e seus resultados

#### A Guerras civis

Guerra civil entre o rei D. Sancho II e o regente Afonso (futuro rei D. Afonso III)	1245-1248	DG
Guerra civil entre o rei D. Dinis I e o herdeiro do trono Afonso (futuro rei D. Afonso IV)	1322-1323	VG
Guerra civil entre o rei D. Afonso IV e seu irmão Afonso Sanches	1325	VG
Guerra civil entre o rei D. Afonso IV e o herdeiro do trono Pedro (futuro rei D. Pedro I)	1355-1356	VG
Guerra civil entre o rei D. Afonso V e seu tio Pedro	1449	VG
Guerra civil entre o governo liberal e revoltosos absolutistas	1826-1827	VG
Guerra civil entre o governo absolutista e revoltosos liberais	1828-1834	DG
Guerra civil entre o governo progressista e revoltosos conservadores	1837	VG
Guerra civil entre o governo conservador radical e revoltosos progressistas	1846-1847	VG
Guerra civil entre o governo republicano e revoltosos monárquicos	1919	VG
Guerra civil entre o governo militar e revoltosos democráticos	1931	VG

#### B Guerras para a independência de partes do império colonial

Guerra da independência do Brasil	1822-1825	D
Guerra da independência de Angola	1961-1975	D
Guerra da independência da Guiné-Bissau	1962-1974	D
Guerra da independência de Moçambique	1964-1974	D

C – Guerras dentro do mesmo sistema-mundo

Guerra da independência contra o Reino de Leão e Castela	1128-1137+1140-1143	V
Primeira Guerra Luso-Leonesa	1169	D
Segunda Guerra Luso-Leonesa	1196-1199	=
Primeira Guerra Luso-Castelhana	1252-1253	=
Segunda Guerra Luso-Castelhana	1295-1297	V
Terceira Guerra Luso-Castelhana	1336-1339	=
Primeira Guerra da Sucessão de Castela	1369-1371	D
Segunda Guerra da Sucessão de Castela	1372-1373	D
Terceira Guerra da Sucessão de Castela	1381-1382	D
Primeira Guerra da Sucessão de Portugal	1383-1387	V
Quarta Guerra da Sucessão de Castela	1396-1400	D
Quinta Guerra da Sucessão de Castela	1474-1479	D
Segunda Guerra da Sucessão de Portugal	1580-1583	D
Guerra contra as Províncias Unidas dos Países Baixos	1580-1609+1621-1663	D
Guerra contra a Inglaterra	1580-1605+1650-1654	D
Guerra contra a França	1635-1641	=
Guerra da Restauração contra o Império dos Habsburgos Ocidentais	1640-1668	V
Guerra da Sucessão de Espanha	1703-1712	D
Guerra dos Sete Anos	1761-1763	V
Campanha do Rossilhão contra a França	1793-1795	D
Guerra das Laranjas contra a Espanha	1801	D
Guerra Peninsular contra a França (e a Espanha)	1807-1814	V
Intervenção da França contra Portugal	1831	D
Guerra dos «Boxers» contra a China*	1900*	*V
Primeira Guerra Mundial	1914-1918	V
Ocupação de Timor pelos Países Baixos, Grã-Bretanha e Japão*	1941-1945*	* =
Ocupação do Estado da Índia pela Índia	1954 + 1961	D
Ocupação de São João Baptista de Ajudá pelo Daomé	1961	D
Ocupação de Timor-Leste pela Indonésia	1975	D
Intervenção contra a Jugoslávia no contexto da OTAN	1999	V

## D Guerras com outros sistemas globais

Guerras da Reconquista	até 1249	V
Anos de operações militares intensas: 1139 + 1145 + 1147 + 1151 + 1157 + 1158 + 1159 + 1160 + 1162 + 1165 + 1166 + 1167 + 1168 + 1171 + 1178 + 1184 + 1189 + 1190 + 1191 + 1197 + 1212 + 1217 + 1230 + 1232 + 1234 + 1238 + 1239 + 1249		
Intervenção em Castela contra Estados muçulmanos (Batalha do Salado)	1340	V
Guerras em Marrocos	1415-1769	D
Anos de operações militares intensas: 1415 + 1437 + 1458 + 1460 + 1463-1464 + 1468 + 1471 + 1486 + 1488 + 1489 + 1506 + 1508 + 1510 + 1513 + 1514 + 1534 + 1541 + 1542 + 1549 + 1550 + 1562 + 1577 + 1578 + 1589 + 1769		
Guerras no Oriente	1498-1785	=
Anos de operações militares intensas: 1503 + 1505 + 1506 + 1507 + 1508 + 1509 + 1510 + 1511 + 1512 + 1513 + 1516 + 1518 + 1522 + 1525 + 1533 + 1534 + 1535 + 1538 + 1541 + 1542 + 1544 + 1545 + 1546 + 1553 + 1559 + 1570 + 1581 + 1614 + 1622 + 1652 + 1683 + 1696-1698 + 1728 + 1729 + 1737-1740 + 1747 + 1756 + 1763		
Intervenção no Mediterrâneo contra o Império Otomano (Batalha de Matapão)	1717	V
Campanhas africanas	1889-1915	V
Anos de operações militares intensas: 1889 + 1890 + 1895 + 1896 + 1897 + 1902 + 1904-1907 + 1910 + 1913-1915		

### Convenções:

VG – vitória do governo	D – derrota de Portugal
DG – derrota do governo	= – paz de compromisso
V – vitória de Portugal	* – sem participação formal ou efectiva de Portugal

Fontes: Mattoso, 1992-1994; Peres, 1938-1940; Rodrigues, 1994; Serrão, Marques, 1986-1998; Serrão, Marques, 1987-1998.

